

ESTUDO SOBRE A ESCRITA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS

Márcia Siqueira de Andrade

RESUMO – Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo identificar a qualidade da aprendizagem da escrita em crianças institucionalizadas. **Método:** Participaram do estudo 20 estudantes das 2^a, 3^a e 4^a séries do ensino fundamental de escolas da rede pública, de ambos os sexos, com idades entre 8 e 14 anos, atendidas em instituição privada caracterizada por “abrigo”. Os dados foram coletados por meio do teste Avaliação de Dificuldades na Aprendizagem da Escrita-ADAPE. **Resultados:** Os resultados revelaram que a maioria dos participantes aglutina-se abaixo da média de acertos. **Conclusão:** A vivência institucional pode proporcionar prejuízos cognitivos às crianças abrigadas, especialmente em relação à aprendizagem da escrita.

UNITERMOS: Aprendizagem. Escrita. Institucionalização.

Márcia Siqueira de Andrade – Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência
Márcia Siqueira de Andrade
Centro Universitário FIEO - UNIFIEO
Programa de Pós-graduação em Psicologia Educacional
Campus Vila Yara – Bloco Prata
Av. Franz Voegelli, 300 – Vila Yara – Osasco, SP, Brasil –
CEP: 060190-20
E-mail: mandrade@unifieo.br

INTRODUÇÃO

Estudos sobre as dificuldades de leitura e escrita estão sendo amplamente realizados em uma variedade de idiomas¹⁻⁴. Na perspectiva de Sternberg e Grigorenko⁵, as dificuldades de leitura e escrita são decorrentes de uma interação entre fatores biológicos, cognitivos e sociais. Para Bartholomeu et al.⁶, os problemas emocionais também interferem negativamente na aprendizagem da escrita. Para esses autores, crianças ansiosas e com pobre autoconceito, denotando sentimentos de inadequação e culpa relacionados a impulsos agressivos mal-elaborados, com preocupação pelos impulsos sexuais, dificuldades de comunicação e timidez, apresentam problemas de aprendizagem da escrita.

Marturano e Parreira⁷ compreendem que existe uma relação entre baixo rendimento escolar e problemas emocionais/comportamentais, pois estes tanto podem ser decorrentes das dificuldades escolares, como serem precedidos pelas mesmas, causando-as. Uma criança com baixo rendimento escolar pode apresentar dificuldades quanto a suas habilidades sociais, que associadas a falhas educacionais e condições familiares podem agravar-se.

Este estudo teve como objetivo investigar a qualidade da aprendizagem da escrita em crianças institucionalizadas. Esta pesquisa justifica-se tendo em vista que o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes⁸ encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados no Brasil, na sua maioria meninos (58,5%) entre 7 e 15 anos de idade (61,3%), negros e pobres, com percentual de analfabetos entre os adolescentes de 15 a 18 anos de 19,2%.

Além disso, as estatísticas governamentais, como as demonstradas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁹, demonstram um quadro preocupante em termos de desempenho em leitura e escrita no Ensino Fundamental.

As instituições de abrigo fazem parte da rede de apoio de muitas famílias brasileiras, há muitas décadas, principalmente em decorrência

de problemas sociais, associados à situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no Brasil. Ao falarmos da criança institucionalizada, observamos que, mesmo recebendo cuidados alimentares, higiênicos e médicos, ela caminha tardiamente, demora a falar e tem dificuldade para estabelecer ligações significativas¹⁰.

Embora a Lei nº 8069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹¹, preconize a desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, valorizando o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, as mudanças no panorama do funcionamento das instituições de abrigo ainda não foram incorporadas por todas as instituições brasileiras.

Para Carvalho¹², o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo. Para Bowlby¹³, a criança que vive em instituição, sem a presença de uma pessoa significativa, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois foi privada total ou parcialmente de se vincular afetivamente a alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados.

Para Altoé¹⁴, em geral, abrigos de proteção ou "internatos" apresentam um atendimento mais impessoal e despersonalizado, dificultando a construção de laços afetivos e significativos, levando à pobreza nos relacionamentos interpessoais. Também refere que a instituição deixa marcas no indivíduo que passa ali anos de sua infância e adolescência, marcas que influenciam sua trajetória e sua inserção na vida social, podendo dificultar seu desenvolvimento psicológico, da inteligência e criatividade¹⁵.

Grusec e Lytton¹⁶ afirmam que, mesmo em instituições de alta qualidade, a inteligência e a autonomia de crianças deste contexto são marcadamente menores do que aquelas que foram cuidadas em suas casas. Isto sugere que

a segurança emocional, derivada da existência de relações estáveis na vida da criança, pode contribuir para o funcionamento intelectual adequado.

Segundo Yunes¹⁷, a institucionalização pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento. Esta condição dependerá dos mecanismos através dos quais os processos de risco operam seus efeitos negativos sobre eles, sendo o risco entendido como as condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis¹⁸.

Estudos mais antigos apontaram os prejuízos cognitivos que a vivência institucional proporcionava para as crianças abrigadas, tal como déficit intelectual, especialmente no desenvolvimento da linguagem^{16,19}.

MÉTODOS

Participantes

Foram incluídos no estudo 20 participantes, de ambos os sexos, sendo oito meninas e 12 meninos, com idades compreendidas entre oito e 14 anos, atendidas em uma instituição privada que se caracteriza por "abrigo". A composição da amostra partiu de uma listagem, fornecida pela Instituição de abrigo. Dentre as crianças selecionadas aleatoriamente, algumas estavam institucionalizadas em consequência do abandono, outras foram acolhidas na instituição por serem vítimas de violência doméstica (física e sexual), negligência parental ou decisão judicial. O tempo de institucionalização dos participantes da amostra variou de três meses a 10 anos e frequentavam a 2^a, 3^a e 4^a séries do ensino fundamental de escolas da rede pública estadual, predominando alunos da 2^a série.

O abrigo que atendia os participantes por ocasião da pesquisa está localizado em uma cidade da região oeste do Estado. Existe desde 1939, funcionando como uma Sociedade Civil de Caráter Assistencial, tendo como finalidade a proteção e educação da criança, com duração indeterminada e sem fins lucrativos. Encontra-se inserido na comunidade, na qual essas crianças e adolescen-

tes utilizam recursos de escola, centros de lazer, praças e também a rede municipal de saúde. Na ocasião da pesquisa, o abrigo acolhia 125 crianças e adolescentes entre zero e 18 anos, com uma relação de um cuidador para 20 crianças.

Instrumentos

Foram utilizados neste estudo:

- um questionário de identificação, no qual os participantes informaram os seguintes aspectos: nome, idade, sexo, série e instituição de ensino à qual pertenciam;
- Escala de Avaliação de Dificuldades na Aprendizagem da Escrita (ADAPE)²⁰ aplicado para identificar as dificuldades dos participantes em escrita. O referido instrumento tem sido largamente empregado em pesquisas sobre avaliação de dificuldades na aprendizagem da escrita^{3,21,22}.

O texto contém 114 palavras, com 60 delas apresentando algum tipo de dificuldade classificada como encontro consonantal (tarde, campo bastante, quando, contaram, festinha, Vanda, aniversário, Amparo, brincadeiras, engraçadas, esparadrapo, jogando, mercúrio, companheiros, Márcio, brincar, crianças, gostam, perto, Jumbo, correndo, gente, Valter, estava, certo, voltar, divertido, pensando, quente, vontade), dígrafo, (quando, lhe, festinha, chácara, chegou, machucou, joelho, achou, necessário, passar, burrico, companheiros, Cássio, cachorro, vizinho, chegaram, correndo, quente, velhos, tenho), sílaba composta (alegre, sobre, brincadeiras, esparadrapo, crianças, brincar, outros, engraçadas, atrás) e sílaba complexa (José, sobre, engraçadas, necessário, seus, Márcio, Adão, crianças, não, sai, gente, difícil, certo, casa, pensando, verão, visitar, aniversário). Além disso, a escala avalia também o uso correto de parágrafos, uso correto da letra maiúscula e acentuação.

Para essa avaliação, as palavras são utilizadas na composição de um texto que conta uma história. O instrumento empregado tem uma única versão de aplicação para crianças de 2^a, 3^a e 4^a séries, utilizando diferentes escalas de avaliação para cada uma das séries.

Procedimentos

Este estudo caracterizou-se por ser de risco mínimo aos participantes e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição promotora (Protocolo: 097/2009), tendo seguido os preceitos éticos que regem a realização de pesquisas com seres humanos^{23,24}. Foi obtido o Termo de Concordância da Instituição, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado pelos diretores do abrigo que mantêm a guarda formal das crianças e adolescentes que ali vivem. Além disso, foi assegurada aos participantes a voluntariedade de sua participação e obteve-se um assentimento verbal das crianças e adolescentes.

O instrumento foi aplicado coletivamente no abrigo, em horário combinado com antecedência, por uma equipe de pesquisa composta pelo pesquisador responsável e por acadêmicos previamente treinados.

O meio utilizado foi o ditado, como uma forma objetiva de avaliar a dificuldade de aprendizagem em linguagem escrita. No momento da aplicação, foi explicado que seria efetuado um ditado de um texto, as palavras lidas uma a uma e não repetidas, além de os participantes da pesquisa serem orientados para escrever todas as palavras. Foi entregue uma folha em branco para cada um para que escrevesse as palavras ditadas.

Análise de dados

Para a correção dos ditados, cada palavra foi considerada uma unidade e qualquer erro ortográfico ou ausência de palavra foi considerada erro, assim como acentos e letras maiúsculas e minúsculas indevidas, sendo a soma dos erros a pontuação de cada criança. Foi atribuído um ponto para cada erro e zero para acerto, sendo a pontuação máxima possível 114.

Os participantes foram categorizados segundo o critério ADAPE. A escala do instrumento para segunda série é a seguinte: sem indícios de dificuldade de aprendizagem (DA) pertencentes à categoria zero até 20 erros; dificuldade de aprendizagem leve (categoria 2 – DA leve), de

50 – 79 erros; e dificuldade de aprendizagem média (categoria 3 – DA média), 80 ou mais erros.

A escala para a terceira e quarta série é a seguinte: sem indícios de dificuldade de aprendizagem até 10 erros (categoria 1A); dificuldade de aprendizagem leve (categoria 1B – DA leve), de 11 – 19 erros; dificuldade de aprendizagem média (categoria 3 – DA média), 20 – 49 erros e dificuldade de aprendizagem acentuada (categoria 4 – DA acentuada), 50 ou mais erros.

RESULTADOS

A pontuação alcançada por cada participante é apresentada na Tabela 1.

No que concerne aos erros por palavras no ditado, evidenciou-se que grande parte dos participantes obteve 114 pontos de erros no ditado, pontuação máxima (55%), tendo também uma grande concentração de sujeitos com pontuação entre 75 e 95 (30%). Dessa forma, a maioria dos sujeitos aglutina-se abaixo da média, apresentando dificuldade de aprendizagem da escrita acentuada.

Por sua vez, a minoria dos casos (15%) concentra-se nas pontuações de até 10 erros. Estes casos referem-se a crianças do sexo feminino com poucos meses de vida institucional. Constatou-se que os meninos obtiveram uma pontuação média de erros maior no ADAPE: (M=108; DP= 2,5) média - aritmética dos meninos, contra (M=60,6; DP= 0,6) média - aritmética das meninas, o que corrobora os resultados obtidos por outros pesquisadores²⁵⁻²⁷, que indicam que os meninos apresentam mais dificuldades de aprendizagem na escrita, quando comparados às meninas.

DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que crianças e adolescentes abrigados apresentam problemas na aprendizagem da escrita, podendo ser considerados, na sua maioria (80%), como analfabetos, ou seja, considerando o conceito de alfabetizado utilizado pelo IBGE²⁸ nas suas estatísticas, não conseguem ler ou escrever um bilhete simples no idioma que conhecem.

Tabela 1 – Pontuação alcançada pelos participantes.

Sexo	Idade	Tempo na instituição	Escolaridade (série)	Nº de erros
Feminino	11	8 meses	3 ^a	6
Feminino	14	10 anos	4 ^a	114
Feminino	9	3 meses	2 ^a	7
Feminino	9	5 meses	2 ^a	5
Feminino	8	6 anos	2 ^a	78
Feminino	11	8 anos	3 ^a	86
Feminino	12	10 anos	4 ^a	114
Feminino	9	5 anos	2 ^a	75
Masculino	9	7 anos	2 ^a	95
Masculino	9	8 anos	3 ^a	114
Masculino	10	9 anos	3 ^a	114
Masculino	9	5 anos	2 ^a	80
Masculino	10	8 anos	3 ^a	114
Masculino	8	5 anos	2 ^a	114
Masculino	14	10 anos	4 ^a	114
Masculino	8	6 anos	2 ^a	95
Masculino	9	9 anos	2 ^a	114
Masculino	10	9 anos	3 ^a	114
Masculino	9	7 anos	2 ^a	114
Masculino	10	8 anos	3 ^a	114

Vários estudos confirmam que crianças que são institucionalizadas com pouca idade e permanecem nessa situação por vários anos, apresentam problemas de desenvolvimento cognitivo^{10,13,15,29}. O tempo de institucionalização, no caso dos participantes desta pesquisa, parece configurar-se um fator importante, visto que aquelas crianças com mais tempo no abrigo e que lá chegaram com poucos anos de vida apresentaram maiores dificuldades na aprendizagem da escrita, enquanto as crianças e adolescentes com poucos meses de institucionalização apresentaram um desempenho satisfatório.

Os problemas de aprendizagem dessas crianças e adolescentes parecem ser decorrentes, dentre outras variáveis, da insegurança emocional e material fruto da ausência de familiares e de um ambiente estimulador, já que o alto índice de

criança/adolescente por cuidador no abrigo em pauta não favorece a construção de laços afetivos e significativos de forma a contribuir para o funcionamento intelectual adequado.

Para Santos e Graminha³⁰, a exposição das crianças a um número maior de adversidades afeta seu desenvolvimento na escola. Mesmo considerando que as crianças e adolescentes participantes deste estudo foram abrigadas por viverem num contexto de abuso sexual, maus tratos e abandono, apresentando uma história de vida repleta de sofrimento e privações, espera-se que a institucionalização traga um contexto possível de desenvolvimento e superação dos prejuízos afetivos e intelectuais, proporcionando a recuperação e crescimento psicológico. Porém, para que isso seja possível as instituições de abrigo devem estar configuradas em unidades pequenas, com

poucos integrantes, mantendo um atendimento personalizado, estimulando a participação em atividades comunitárias e preservando o grupo de irmãos, entre outros pontos³¹.

Os resultados obtidos na presente pesquisa confirmaram dados encontrados na literatura da área, contribuindo assim para a generalização

do conhecimento a respeito da aprendizagem da escrita de crianças e adolescentes abrigados.

Nesse sentido, diante dos resultados encontrados, entendemos ser importante desenvolver estudos nesta área, a fim de garantir formas de atuação que favoreçam a efetivação dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

SUMMARY

Study on the writing in sheltered children and adolescents

Purpose: The present study had as propose to identify the quality of the learning of the writing among institutionalized infants. **Methods:** Twenty infants, living in a shelter, of both sexes, aged between 8 and 14 years old, took part in this study. The data were collected through the test ADAPE - Assessment of Learning Difficulties in Writing. **Results:** Results revealed that most participants agglutinate is below the average of hits. **Conclusion:** The institutional experience provides cognitive damage to sheltered children, particularly in language development.

KEY WORDS: Learning. Handwriting. Institutionalization.

REFERÊNCIAS

1. Smythe I, Everatt J, Salter R. International book of dyslexia: a guide to practice and resources. West Sussex:John Wiley & Sons; 2004.
2. Silva N, Fridman PC. Unsicherheit do século XXI: o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em língua portuguesa em São Paulo. *Paidéia*. 2007;17(36):57-68.
3. Guidetti AA, Martinelli SC. Compreensão em leitura e desempenho em escrita de crianças do ensino fundamental. *Psic*. 2007;8(2):175-84.
4. Joly MCRA, Istome AC. Compreensão em leitura e capacidade cognitiva: estudo de validade do teste Cloze Básico. *Psic*. 2008;9(2):219-28.
5. Sternberg RJ, Grigorenko EL. Crianças rotuladas: o que é necessário saber sobre as dificuldades de aprendizagem. Trad. Lopes MF. Porto Alegre:Artes Médicas;2003.
6. Bartholomeu D, Sisto FF, Marin Rueda FJ. Dificuldades de aprendizagem na escrita e características emocionais de crianças. *Psicol Estud*. 2006;11(1):139-46.
7. Marturano EM, Parreira VLC. Crianças com queixa de dificuldades escolares: um procedimento para sondagem de problemas de comportamento através do relato das mães. *Psicologia*. 1996;27(1):23-45.
8. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC). Relatório de Pesquisa N° 1. Brasília:Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;2003.
9. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira SAEB 2005 - Primeiros resultados: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada, Brasília: DF; 2007. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAEB1995_2005.pdf
10. Rizzini I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro:Petrobrás, Ministério da Cultura, USU Editora Universitária, Amais; 1997.

11. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
12. Carvalho A. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: Lordelo E, Carvalho A, Koller SH, eds. Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.19-44.
13. Bowlby J. Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes; 1995.
14. Altoé S. Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Xenon; 1990.
15. Altoé S. Menores em tempo de maioridade: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Santa Úrsula; 1993.
16. Grusec JE, Lytton H. Social development: history, theory and research. New York: Springer-Verlang; 1988.
17. Yunes MA, Miranda AT, Cuello SS. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: Koller SH, ed. Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p.197-218.
18. Jessor R, Van Den Boss J, Vanderryn J, Costa F, Turbin M. Protective factors in adolescent problem behavior: moderator effects and developmental change. *Dev Psych*. 1995;31:923-33.
19. Bowlby J. Apego e perda: separação, angústia e raiva. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
20. Sisto FF. Dificuldade de aprendizagem em escrita: instrumento de avaliação. (ADAPE). In: Sisto FF, Boruckovitch E, Fini LD, Brenelli RP, Martinelli SC, eds. Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico. Petrópolis: Vozes; 2001. p.190-213.
21. Suehiro ACB, Santos AAA. O Bender e as dificuldades de aprendizagem: estudo de validade. *Aval Psic*. 2005;4(1):23-31.
22. Santos AAA, Jorge LM. Teste de Bender com disléxicos: comparação de dois sistemas de pontuação. *Psico-USF*. 2007;12(1):13-21.
23. Conselho Nacional de Saúde. Resolução para pesquisas envolvendo seres humanos. Res. 196/1996. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 1997.
24. Conselho Federal de Psicologia. Resolução para pesquisas com seres humanos. Res. 016/2000. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2000.
25. Ajuriaguerra J. A escrita infantil: evolução e dificuldades. Porto Alegre: Artes Médicas; 1988.
26. Kiguel SMM. Avaliação de sintomas das dificuldades de aprendizagem em crianças de 1ª, 2ª e 3ª série do 1º grau de quatro classes sócio-econômicas [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1976.
27. Schiavoni A. Dificuldades de aprendizagem em escrita e percepção de alunos sobre expectativas de professores [Dissertação de mestrado] Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2004.
28. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do analfabetismo no Brasil, Brasília: Ministério da Educação; 2000. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/7b3d805070-d9d0-42dc-97ac-5524e567fc027d_mapa20do20analfabetismo20no20brasil.pdf
29. Suehiro ACB, Rueda FJM, Silva MA. Desenvolvimento percepto-motor em crianças abrigadas e não abrigadas. *Paidéia*. 2007;17(38):431-42.
30. Santos PL, Graminha SSV. Estudo comparativo das características do ambiente familiar de crianças com alto e baixo rendimento acadêmico. *Paidéia*. 2005;15(31):217-26.
31. Siqueira AC, Dell'Aglio DD. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicol Soc*. 2006;18(1):71-80.

Trabalho realizado no Programa de Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO, São Paulo, SP, Brasil.

*Artigo recebido: 11/8/2011
Aprovado: 8/10/2011*